

“Substituindo a força de trabalho pela inteligência no trabalho”

Profª Érica Smargiassi,
Pedagoga e
Consultora Educacional
e-mail:erica@idaam.com.br

Vivemos um início de século marcado por profundas mudanças no plano econômico-social, ético-político, cultural e educacional. Para muitos, trata-se de uma crise do processo civilizatório.

“Tudo o que é sólido se evapora no ar, tudo o que era sagrado é profano, e por fim o homem é obrigado a encarar, com serenidade, suas verdadeiras condições de vida e suas relações como espécie. A necessidade de um mercado constantemente em expansão impele a burguesia a invadir todo o globo. Necessita-se estabelecer em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.”

(MARX e ENGELS, apud LASK, 1982)

A nova base científico-técnica, assentada sobretudo, na microeletrônica e incorporada ao processo produtivo, permite que as economias cresçam, aumentem a produtividade, diminuindo o número de postos de trabalho. O desemprego estrutural deste início de século demarca não apenas o aumento do exército de reserva, mas especialmente o excedente de trabalhadores, ou seja, a não necessidade para a produção, de milhões de trabalhadores. Sob a vigência de relações de propriedade privada, isto significa aumento da miséria, da fome e da barbárie social.

Reafirma-se a ética utilitarista e individualista do liberalismo conservador. Justifica-se a exclusão e a desigualdade como elementos necessários à competitividade. Busca-se formar uma consciência alienada de que os vencedores ou os incluídos devem-no a seu esforço e competência. Os excluídos, os derrotados ou os miseráveis do mundo pagam o preço da sua incompetência ou de suas escolhas.

Os processos educativos e formativos, que ao mesmo tempo são constituídos e constituintes das relações sociais, no contexto acima indicado passam por uma ressignificação no campo das concepções e das políticas. Estreita-se ainda mais a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação, desvinculando-os da dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade.

Com efeito, no início da crise do modo de regulação social fordista (anos 50-60) a educação formal e a qualificação profissional apareciam como formadoras de capital humano. Este conceito, mesmo sendo expressão de uma leitura economicista, engendrava uma perspectiva integradora vinculada à tese do pleno emprego. Difundia-se a ideologia que o investimento no capital humano permitiria aos países subdesenvolvidos desenvolver-se, e aos indivíduos a garantia de melhores empregos, maior produtividade e, por essa via, mobilidade e ascensão social. Hoje, a educação formal e a qualificação são situadas como elementos da competitividade, reestruturação produtiva e da “empregabilidade”.

Neste deslocamento aparentemente inocente esconde-se uma metamorfose na sociedade capitalista e no campo do conteúdo do educativo. O fundo público garante apenas um patamar mínimo de escolaridade ou de subsídios aos mais pobres. A educação e a

qualificação transitam, assim, da política pública para a assistência ou filantropia, como estratégia de alívio da pobreza.

No plano ideológico desloca-se a responsabilidade social para o plano individual. Já não há políticas de emprego e renda dentro de um projeto de desenvolvimento social, mas indivíduos que devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes para se tornarem competitivos e empregáveis.

Os desempregados devem buscar “requalificação” e “reconversão profissional” para se tornarem empregáveis ou criarem o auto-emprego no mercado informal ou na economia de sobrevivência.

Em um contexto de crise endêmica do desemprego estrutural, de uma nova (des) ordem mundial com a configuração da geografia humana em blocos econômicos com poder e realidades objetivas assimétricas e a conseqüente divisão de incluídos, precarizados e excluídos, “uma lógica que transforma a dupla: trabalho-ausência de trabalho – num matrimônio inseparável”, desintegra-se a promessa integradora e a função econômica atribuída à escola passa a ser a empregabilidade.

O termo “empregabilidade” foi inventado para assinalar o fenômeno de desgaste do emprego diante da economia competitiva globalizada, exigindo cada vez mais que o profissional aprenda a aprender, para confrontar-se com desafios novos e manter-se no posto de trabalho. As exigências anteriores para permanecer no emprego, como prática, algum nível de escolaridade, treinamento, estão em crise e vão assumindo nova feição, no sentido de reclamar do profissional que não se torne obsoleto como se torna obsoleto o emprego. Assim, “ser empregável” significa ser capaz de enfrentar inovações constantes no emprego, apelando sobretudo para o saber pensar e o aprender a aprender.

Em poucos anos, o termo já se tornou velho, porque, com decréscimo contínuo do emprego de estilo formal que inclui relação empregatícia legal, a educação superior precisa voltar-se menos para o emprego do que para o **trabalho**. Quer dizer, é crescentemente difícil retornar a uma relação empregatícia formal, porque faz parte da competitividade substituir a “força de trabalho” pela “inteligência no trabalho”, sobretudo através de processos informatizados. Assim, o interesse está se voltando mais para a possibilidade de criar trabalho, ou seja, atividades econômicas rentáveis de autônomos ou de autônomos associados. Dizendo de outra maneira, a educação superior precisa formar **empreendedores**, não gente que precisa de patrão.

O centro do processo de formação/qualificação não está, em primeiro lugar, no **fazer**, mas no **saber fazer**, porque a renovação profissional oriunda do manejo e produção do conhecimento é muito mais decisiva que sua acumulação. Assim, ser profissional é menos exercer rotineiramente um ofício, do que saber reinventá-lo sempre, todo dia, fazendo desse saber impulso permanente de mudança e não de resistência. Tão importante quanto o exercício profissional competente é sua renovação permanente.

É fundamental mudar a ótica clássica: em vez de esperar do mercado que produza chances de trabalho, mais do que nunca é mister saber interferir nele diretamente. Pois, trabalho não decorre automaticamente. Precisa ser inventado e muitas vezes forçado. Este reconhecimento não pode levar à expectativa de lugar para todos. O capitalismo competitivo não se orienta por compromissos sociais. Assim, o profissional precisa da cidadania necessária para confrontar-se com o mercado, mais do que apenas inserir-se nele.

Esta proposta faz sentido no contexto do mercado, do ponto de vista dos desafios produtivos, mas não faz sentido, por exemplo, no ambiente educacional, que tem, entre outras coisas, compromisso de contraposição com o mercado¹; é claro que educação não pode postar-se à margem ou à revelia do mercado, porque perderia o realismo mínimo para ser importante na vida concreta das pessoas e da sociedade, mas não pode render-se ao mercado; por isso, deve estar mais para a competência humana, do que para a competitividade econômica.

Esta compreensão estreita entre trabalho e os processos formadores e produtores da vida humana é, pois, o desafio de incorporar as múltiplas dimensões da produção e reprodução social dos seres humanos e dos múltiplos processos formadores do humano. Trata-se, pois, de pensar esta relação desde as condições efetivas mais globais de produção da existência humana.

Retomando a problemática da crise deste início de século enfatizando o paradoxo de crescimento do conhecimento e da capacidade de produzir riqueza e a incerteza sobre a própria sobrevivência do ser humano face ao não acesso dos meios básicos de: alimentação, trabalho, saúde, habitação e educação. Tomando como recorte e eixo de análise o trabalho incerto, expressão que deriva da apreensão da crise estrutural do desemprego e precarização do trabalho; neste "lócus" que efetivam-se questões instigantes e inquietadoras sobre a problemática da formação/qualificação profissional indagando: **Qual a Posição Social do Ensino Superior neste contexto de Formação de Profissionais Produtivos, aproveitando os Talentos para o benefício da Sociedade?**